

Apresentação

O volume 2, número 2 da **Brazilian Journal of International Relations (BJIR)** publica artigos em diversas áreas das Relações Internacionais: Direitos Humanos, Genocídio em Ruanda, Economia Política Internacional, América Latina, Índia e OMC, Declínio Global da Democracia e duas resenhas de livros recentes e relevantes na disciplina.

No artigo “*India at the WTO: Evolving Priorities, Unaltered Paradigm*”, Amit Shovon Ray e Sabyasachi Saha analisam as mudanças de posição da Índia na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta análise foca-se nas negociações sobre os temas da Agricultura, Serviços e Propriedade Intelectual. Segundo os autores, ainda que as prioridades e as coordenadas para a ação em cada um dos temas tenham se alterado desde a Rodada Uruguai do GATT, a posição da Índia sobre as negociações comerciais continuam obedecendo a lógica sugerida pela teoria neorrealista da política internacional e seguida há anos pelos formuladores e tomadores de decisões da área externa do governo indiano. Em miúdos, o artigo é um alerta à diplomacia brasileira e analistas de relações internacionais que anunciam “novos” alinhamentos estratégicos com a Índia e outros países do eixo sul-sul. Enquanto, na realidade, a Índia persegue pragmaticamente na seara da OMC apenas seus interesses nacionais de longo prazo. Vale a dica!

Em “*As estratégias de desenvolvimento na América Latina e as transformações na economia mundial (1930-2008)*”, Francisco Luiz Corsi explica como as transformações na economia mundial condicionaram as estratégias de desenvolvimento na América Latina no período entre a Grande Depressão (1930) e a crise desencadeada a partir dos Estados Unidos (2008). O autor argumenta que tanto a crise do desenvolvimentismo, quanto o débacle do neoliberalismo só pode ser compreendido a partir da análise das determinações internas de cada país combinadas as transformações na divisão internacional do trabalho, nas políticas dos países centrais, no papel geopolítico de cada país e na leitura acurada da correlação de forças em escala internacional. Calcado em uma fina análise de Economia Política Internacional, Corsi avalia que não ocorreu alterações substantivas no modelo de inserção internacional da América Latina; que aprofundou-se a tendência de especialização da região na produção de produtos primários; e que os produtos industriais na região utilizam elevadas quantidades de matérias-primas com baixa agregação tecnológica. A conclusão do autor não deixa dúvidas: “Uma ordem internacional multipolar, que poderá ser um dos resultados da crise atual, com grande peso dos países asiáticos,

em particular da China, reforçará, indícios sugerem, uma inserção passiva da região na economia mundial, calcada, sobretudo, na exportação de produtos primários”. Como costumamos afirmar, na perspectiva da China, a América Latina deve ser transformada em uma grande fazenda global.

Já no terceiro artigo, “*O genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional*”, Marina Gusmão de Mendonça trata dos fatores que levaram ao genocídio em Ruanda e a inércia da comunidade internacional para impedir o massacre. Para tanto, a autora analisa a ação da Organização das Nações Unidas (ONU) (ou a falta dela) e ressalta o problema da reconstrução do Estado, principalmente devido às condições econômicas precárias e o dilaceramento do tecido social produzidos pelo genocídio de parcela significativa da população. O trabalho ressalta que esse desafio ampliou-se na medida em que Ruanda não possui “importância estratégica e não dispõe de grandes riquezas naturais”. Ou seja, a ausência de capacidade do Estado para gerar benefícios difusos à sociedade multiétnica em Ruanda, ao invés de ser amenizada, foi ampliada depois do massacre passivamente assistido pela comunidade internacional.

No trabalho “*Direitos humanos e política externa norte-americana: a participação dos EUA na Conferência de Viena (1993)*”, Matheus de Carvalho Hernandez procura suprir a carência de análises sobre a participação dos Estados Unidos na Conferência de Viena de 1993. O autor aponta que a participação dos Estados Unidos foi resultado tanto de um impulso favorável a questão dos Direitos Humanos quanto à formação de uma equipe governamental ligada ao tema durante a administração Clinton. No entanto, estes pontos favoráveis não foram suficientes para reverter a ambivalência da política externa de direitos humanos dos Estados Unidos. Principalmente, em contextos domésticos e internacionais marcados por períodos de turbulências econômicas e escolhas estratégicas complexas, como foi o primeiro mandato de Clinton.

O artigo “*A emergência de um método de síntese para análise das mudanças na arquitetura financeira internacional*” de Marília Romão Capinzaiki apresenta uma discussão teórica sobre a Economia Política Internacional para em seguida aplicá-las às dinâmicas de mudança na Ordem Econômica Internacional, especificamente, no projeto de reforma do Fundo Monetário Internacional. O artigo busca explorar as possibilidades quanto à elaboração de um método de síntese para conduzir a análise das mudanças contemporâneas na arquitetura financeira internacional. Nessa perspectiva, realiza discussões sobre o papel das instituições internacionais, as relações entre poder político e finanças globais, o papel das ideias na política internacional, sobretudo para a contribuição na formatação de uma nova ordem internacional.

Capinzaiki conclui que as estruturas de governança global estabelecidas estão sem legitimidade, conduzindo ao fortalecimento de arranjos *ad hoc*, tais como G-20 financeiro, para o tratamento e reforma dos temas financeiros e monetários globais. Esta situação pode vir a gerar alterações nos regimes internacionais de governança financeira. Essa dinâmica vem sendo alimentada pela crescente interdependência entre capacidades materiais, instituições e ideias, comprovando, dessa maneira, a eficácia das teses da Teoria Crítica de Robert Cox *vis-à-vis* as análises convencionais da Teoria dos Regimes Internacionais.

O artigo “*O declínio global da democracia*” de Danilo Zolo busca estabelecer um nexo causal entre o declínio do Estado de bem-estar social no mundo e o recrudescimento de formas de repressão nas sociedades contemporâneas, tais como o crescimento da política carcerária, a existência de novos métodos de tortura, o renascimento e expansão da pena de morte e os novos elementos de segurança policial e judiciária. Para o autor, a forma clássica e moderna da democracia, aquela que buscava fazer prevalecer, pelo menos na teoria, os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade entre os indivíduos e os povos, bem como a ampliação da participação nas decisões coletivas, está em declínio no mundo todo. No seu lugar, estaria emergindo novas formas de exercício do monopólio legítimo da violência, as quais estariam “assaltando” valores clássicos da Política, consagrados no Estado de bem estar social. Essas novas formas de dominação coletiva variam entre Estados abertamente repressores aos direitos e valores individuais, tais como os “*rogue states*”, até os regimes políticos caracterizados como “teleoligarquia pós-democrática”, ou seja, na linguagem do autor “uma pós-democracia apática, na qual a grande maioria dos cidadãos não ‘escolhe’ e não ‘elege’, mas ignora, cala e obedece”. Às vozes cognitivas dissonantes ou transgressoras da lei devem ser “combatidas” por meio da ampliação da aplicação de velhas e novas formas de repressão. Zola dá um adeus à democracia e pinta um quadro de dominação e legitimação da Política com tintas negras de autoritarismo e repressão continuada.

Por fim, na seção Resenhas, Roberto Goulart Menezes analisa a obra “*Capitalismo amarelo*”, de Argemiro Procópio, por meio da resenha “*Lições da história: a ascensão da China e as relações Sul-Sul*”; e Katiúscia Espósito analisa a obra “*From global to grassroots: The European Union, transnational advocacy, and combating violence against women*”, de Celeste Montoya.

Esperamos que a leitura do volume 2, número 2 da **BJIR**, seja útil aos leitores de um modo geral, especificamente aqueles profissionais atuantes na área de Relações Internacionais e Políticas Públicas. Boa leitura a todos!

Os Editores.